

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS INCIDÊNCIAS SOBRE A SAÚDE DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

CORREA, Khyssela ¹ ; BARCELLOS, Warllon de Souza ²

Resumo

Propõe-se analisar as mudanças recorrentes do século XXI e como o trabalho do assistente social comporta as novas exigências advindas do mercado de trabalho, cada vez mais informatizado e repleto de demandas complexas devido as novas expressões da chamada questão social, bem como as novas modalidades das políticas sociais, a intensificação da terceirização e a precarização das atividades laborais na mesma proporção que luta para se reafirmar enquanto profissional crítico com a responsabilidade de prestação de um serviço de qualidade. A situação de pandemia que o Brasil está vivenciando, indubitavelmente convoca assistentes sociais, mas com sua atuação limitada respeitando o atual contexto o que resulta na não efetivação de diversas ações ou simplificação de suas atividades. A partir do entendimento das atividades exercidas pelo assistente social, mesmo que modo genérico, ressalta-se que não se trata de uma atuação simples, mas que requer todo um aparato para eficácia de suas intervenções, contudo, diversos setores do Serviço Social foram modificados para trabalho remoto o que resultou na informatização dos serviços prestados pelos assistentes sociais, e em diversos casos custeados pelos

¹ Graduanda em Serviço Social pela Centro Universitário Redentor, Campos dos Goytacazes-RJ, kazy_correa_2015@hotmail.com

² Professor do Curso de Serviço Social da Centro Universitário Redentor, Doutorando em Sociologia Política pela UENF, Graduado em Serviço Social pelo Centro Universitário Redentor (2010). Mestre em Políticas Sociais pela UENF (2016). Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (NEPSSS/CNPQ). Editor chefe da Revista Serviço Social em Debate (ISSN 2596-3155). Campos dos Goytacazes- RJ, warllon_barcellos@hotmail.com

próprios profissionais. Em outras instancias, o trabalho ainda persiste na modalidade presencial, com novas escalas e cuidados, mas que expõe diariamente esses profissionais ao risco de contágio da COVID-19. Por fim, o isolamento social, o trabalho remoto, a exposição dos profissionais, o sentimento de medo globalizado, dentre outros fatores atrelados a conjuntura de trabalho já existe resultam no adoecimento desses profissionais de modo acelerado, gerando danos permanentes ou não a sua saúde mental, nesse trabalho discutido.

Palavras-chave: trabalho; serviço social; saúde mental; pandemia.

Abstract

It is proposed to analyze the recurrent changes of the 21st century and how the work of the social worker comprises the new demands arising from the labor market, increasingly computerized and full of complex demands due to the new expressions of the so-called social question, as well as the new modalities social policies, the intensification of outsourcing and the precariousness of work activities in the same proportion that it struggles to reaffirm itself as a critical professional with the responsibility for providing a quality service. The pandemic situation that Brazil is experiencing, undoubtedly calls for social workers, but with its limited performance respecting the current context, which results in the failure to carry out various actions or simplify its activities. From the understanding of the activities performed by the social worker, even in a generic way, it is emphasized that this is not a simple act, but that it requires a whole apparatus for the effectiveness of his interventions, however, several sectors of Social Work have been modified to remote work which resulted in the computerization of services provided by social workers, and in several cases paid for by the professionals themselves. In other instances, the work still persists in the face-to-face modality, with new scales and care, but which exposes these professionals daily to the risk of contagion from COVID-19. Finally, social isolation, remote work, exposure of professionals, the feeling of globalized fear, among other factors linked to the work situation already exists, result in the illness of these professionals in an accelerated way, causing permanent damage or not to their mental health. in this work discussed.

Keywords: work; social service; mental health; pandemic.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, que tem por título Transformações no mundo do trabalho e suas incidências sobre a saúde do assistente social em tempos de pandemia, reúne estudos que apontam as metamorfoses do sistema capitalista, bem como, as novas e mutáveis condicionalidades do mundo trabalho afetam diretamente a saúde do trabalhador do século XXI, com desataque ao campo da saúde mental. E a sua intensificação em tempos de pandemia referentes à categoria profissional de Serviço Social.

Desde o surgimento da crise mundial do capitalismo, aproximadamente na década de 1970, com a estrutura produtiva de caráter fordista-taylorista que transita para o padrão de produção toyotista, a chamada “questão social” apresenta, agora, novas configurações e manifestações e, esse processo tende a ser contínuo, uma vez que as transformações no mundo do trabalho se mostram cada vez mais assíduas, em seus modos de organização, administração e regulação e, com as reconfigurações no plano do Estado e das políticas públicas (IAMAMOTO, 2000).

Na conjuntura da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, de acordo com os autores Raichelis e Vicente (2014), culminaram em intensas transformações do trabalho e da vida social, constituindo-se o processo de flexibilização/precarização e perda da razão social do trabalho. O processo de flexibilização/precarização no trabalho se manifesta pela insegurança e instabilidade do emprego, intensificação do trabalho, precarização na contratação e pelo crescimento imediato tanto do produto quanto dos resultados imediatos, ausência de expectativa de crescimento e ascensão na carreira, escassez de políticas de qualificação profissional, entre outras.

A terceirização junto ao processo de privatização influenciou no barateamento da mão de obra, desvalorização exacerbada do trabalhador, aumento do grau informal, aumento de desemprego, exigência por respostas rápidas, os trabalhadores agora devem ser multifuncionais/polivalentes, aumento da exploração em condições desfavoráveis desses profissionais, tirando cada vez mais as expectativas de progresso, exigência por qualificação, em contrapartida não são lhes ofertados tempo e recursos para tal (RAICHELIS, 2011).

Acerca do surgimento da profissão, de acordo com Iamamoto (2000), o processo de institucionalização, bem como as suas relações contraditórias, seja na garantia das condições propícias ao desenvolvimento do capitalismo e seus processos de acumulação

privada em prol do capital monopolista e em contrapartida se coloca estrategicamente em resposta às demandas da classe operária, que luta por atendimentos de necessidades sociais coletivas e individuais que emergem dos processos de produção e superprodução social.

O processo de profissionalização do assistente social e institucionalização na divisão sócio-técnica do trabalho que estabelece as condições necessárias para q o exercício do profissional do Serviço Social se insira no processo de “mercantilização e no universo do valor” e da manutenção do capital.

A profissão passa a integrar-se como parte do trabalho social gerado pelo conjunto da sociedade, na qual participa da elaboração e prestação de serviços que atendam as demandas sociais. O Serviço Social desenvolve-se como um trabalhador especializado na sociedade por ser socialmente requisitado: fornece serviços que respondem às necessidades/ demandas sociais, possui um “valor de uso” – uma proficiência social. Por outro ângulo, os assistentes sociais também são integrantes, como trabalhadores assalariados, do processo de produção e de redistribuição da riqueza social, no qual o seu trabalho não proporciona apenas em serviços úteis, mas resulta na produção e/ou na redistribuição do valor e da Mais-valia (IAMAMOTO, 2000).

Trata-se de compreender não só o exercício profissional frente às contradições impostas pelo sistema capitalista, mas também a dupla dimensão do trabalho do assistente social como trabalho concreto e abstrato como analisa Iamamoto (2000). A partir de Marx (2005), a mercadoria é considerada existência molecular do capital definida em sua dupla realidade, a unidade valor de uso e valor de troca, como modos de expressão de uma unidade mais profunda: o trabalho no seu ‘duplo caráter’, ‘trabalho concreto’ (manifesto no valor de uso) e ‘trabalho abstrato’ (manifesto no valor de troca).

Mediante ao exposto, neste estudo entende-se a importância de refletir as transformações no mundo do trabalho com as novas condicionalidades e exigências profissionais já intrínsecas aos processos produtivos que respondem ao capital, bem como o adoecimento dos assistentes sociais como resultado dessa dinâmica exploratória e, ainda, a intensificação dessa conjuntura frente a um cenário de pandemia.

Para obter os resultados e respostas das problematizações apresentadas neste trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica será realiza com o objetivo de reunir as informações e dados considerados necessários como base para construção da investigação do tema proposto. A partir de análises de fontes secundárias que abordam, de diferentes modos, o tema a ser discutido (FONSECA, 2002).

Essa pesquisa será de cunho exploratório, que tem por finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, no objetivo de torná-lo mais declarado ou a construir hipóteses. Em síntese, essa pesquisa envolve levantamento bibliográfico. E ainda, “na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas” Métodos de Pesquisa (2009), visando o embasamento teórico necessário para respaldar as análises realizadas nesse estudo.

O arcabouço utilizado para realização desse estudo consistiu no método do materialismo dialético, que busca uma investigação, cujo pensamento é de totalidade por meio de contínuas aproximações da realidade.

2 O MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORANEO E A SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

A partir do recorte temporal anteposto inicialmente, parte fundante para compreensão do atual contexto no mundo do trabalho e no aparato das reflexões acerca da expressiva expansão do setor de serviços no conjunto de atividades econômicas, subordinadas ao comando da reestruturação produtiva do capital, demarca uma das principais características da atual silhueta do mundo do trabalho, gerando novas possibilidades de vínculos nas relações sociais do século XXI. Conjuntura esta, que estabelece um dinâmico e acelerado processo variegado e complexo no setor de serviços, no que diz respeito ao comando da produção mundializada.

Para a compreensão da precarização do trabalho, seus processos e seus impactos, é fundamental recuperar as reflexões de autores como Harvey (1992), Antunes (2002) e Bihr (1999), que resgatam as transformações que foram submetidas ao século XX de modo significativo no âmbito do trabalho, em nível mundial, mais precisamente trata-se do resgate ocorrido nos pós os anos de 1980.

Tento por base o Toyotismo, nesse contexto inicia-se de modo assíduo mudanças marcantes na forma de gestão intensivas, mudanças no capital, a fragmentação da classe trabalhadora tornando-a mais complexa, produtividade conduzida por demanda e a existência do estoque mínimo, a redução dos trabalhadores e, agora, passam a ser polivalentes ou multifuncionais em trabalhos intensificados, sindicalismo de envolvimento, o surgimento de variadas formas de geração de renda e de trabalho.

Apesar da precarização do trabalho ser um fenômeno de caráter mundial devido as ocorrências globalizadas referentes aos capitais, ela se apresenta de modos distintos nos diversos países, de acordo com as peculiaridades locais, como salienta Kallenberg (2009).

Já Pierre Bourdieu (1998) em suas narrativas afirma que a precarização, por exemplo, é parte estruturante das estratégias traçadas no neoliberalismo para a manutenção do capital, uma vez que visa lidar com o indivíduo descontruindo a coletividade. Tal feita busca romper com quaisquer riscos de resistências coletivas ao mercado. A construção da insegurança no trabalho, por meio da desproteção gradativa e construção do medo da perda do emprego, resulta em vieses consistentes a manipulação do trabalhador.

Todo esse cenário descrito está posto à categoria profissional de Serviço Social, enquanto parte da classe trabalhadora, com as mesmas sujeições e sentimentos, quanto promotora de serviços que salientam a manutenção do capital, da mesma feita que é chamada a intervir como profissão crítica a desenvolver ações que corroborem para a efetivação dos direitos dos trabalhadores que vivenciam as novas complexidades e demandas do capital.

Pensar a categoria profissional de Serviço Social a partir dessa perspectiva é, portanto, compreender os processos objetivos e subjetivos de dado período histórico (SANTOS; MANFROI, 2015). Então, partindo do entendimento de que o assistente social, enquanto trabalhador que vende sua força de trabalho, ele se insere nos modos contemporâneos de exploração.

Coligado as condições de objetivas do trabalho – a precarização do trabalho e de seus vínculos, baixos salários e contratos instáveis – identifica-se, ainda, condições subjetivas, sejam ideológicas de cunho neoliberal, as chamadas ideias pós-modernas e neoconservadoras. Todas, em dados momentos, proporcionando impacto positivos aos menos instruídos e que interfere diretamente na visão e compreensão do que é real e, no trabalhar do assistente social (SANTOS; MANFROI, 2015).

Na década de 1980, verificou-se significativa modulação na análise do Serviço Social brasileiro, por meio de contribuições como de Yamamoto e Carvalho (1982), apossados das análises e teorias marxianas, ofereceram o estudo inaugural da profissão no desenvolvimento da produção e reprodução das relações sociais, com destaque a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e atestando o assistente social como

trabalhador assalariado. Essa perspectiva compilou outro ponto analítico, notabilizando a primazia da produção na constituição dos sujeitos sociais.

A origem e institucionalização do Serviço Social no Brasil amparadas pela proposta urbano-industrial elevadas pelo Estado brasileiro, a partir do governo de Getúlio Vargas (1930), com o processo de modernização do trabalho leigo católico e no acirramento da questão social advinda das contradições entre capital e trabalho. Então, a profissão vem sendo interpretada como produto histórico da sociedade como “parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e da prestação de serviços que atendem as necessidades sociais” (IAMAMOTO, 2010, p.12). E, ainda, o Serviço Social reproduz-se como mão de obra necessária e especializada na sociedade por ser socialmente requerida, uma vez que:

[...] produz serviços que atendam às necessidades sociais, isto é, tem valor de uso, uma utilidade social. Por outro lado, os assistentes sociais também participam, como trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou de redistribuição da riqueza social. Seu trabalho na resulta apenas em serviços úteis, mas ele tem um efeito na produção ou na redistribuição do valor e da mais-valia. (IAMAMOTO, 2012, p. 12).

Dessa feita, compreender o Serviço Social como profissão introduzida na divisão social e técnica do trabalho, e apontar o profissional da categoria como trabalhador assalariado, implica na problematização da moldura nas relações de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos (RAICHELIS, 2011). Transpassando a análise do serviço Social como trabalho concreto, provido de qualidades específicas para atender às demandas que lhe são atribuídas, tendo como pontos estruturantes de ação os recursos materiais e seu suporte técnico-intelectual, o trabalho do assistente social assume um caráter abstrato ao passo que se torna mediado pelo mercado, pela produção, troca e consumo das mercadorias, os chamados bens e serviços, incorporado na divisão social do trabalho.

Constata-se, portanto, no decorrer do seu trabalho, uma tensão entre o projeto profissional – que o compreende como sujeito dotado de liberdade e de teleologia, ser social com capacidade de projeções e materializá-las – e sua condicionalidade, trabalhador assalariado (IAMAMOTO, 2012).

O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo e sua prática como a materialização dos processos de trabalho, que possui como objeto de intervenção as diversas expressões da questão social, implica compreender que os elementos

constituintes da ação profissional articulam-se aos fundamentos de todo trabalho (ABEPSS, 1996).

O trabalho do assistente social configura-se em uma das práticas sociais efetivadas pelo homem, isto é, um desenvolvimento da objetivação do ser social. Como ser social, o homem diverge do ser natural através de seu trabalho e, então, por meio, inicia o processo de transformação da natureza a si próprio, concretizando-se no seu produto final (FAERMANN; MELLO, 2016).

O desenvolvimento de trabalho do assistente social conta com um processo de ideação prévia, ou seja, a antecipação ideal do intento que pretende atingir. A ação profissional demonstra uma intencionalidade sob componentes éticos-políticos e teórico-metodológicos que salientam a sua visão de homem, de mundo e de sociedade, frente ao requerimento de valores que legitimam e da designação dos meios para efetivá-la. Para Marx (1968, p. 298), os vieses de trabalho são “uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto”.

Os vieses de trabalho, no Serviço Social, são entendidos como intensificadores da ação humana em relação ao objeto (ABEPSS, 1996). No entanto, parte significativa dos meios de trabalho necessários à mediação do assistente social – os recursos materiais, financeiros e humanos – é ofertada pelos empregadores, logo, são estes, em último momento, os intendentos por articular as condições necessárias ao seu desencadeamento.

Nessa perspectiva, problematizar a ação profissional do assistente social na atualidade reputa entende-la como fração do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de remuneração (salário), submetidas às contravenções e aos constrangimentos comuns a todos os trabalhadores remunerados. É a partir de cenário, que o debate do adoecimento vem atingindo centralidade no Serviço Social, como resultado do processo brutal da comercialização da mão de obra do assistente social na sociedade contemporânea (RAICHELIS, 2011).

Incorporados em uma articulação societária irrigada pelos princípios da reestruturação produtiva, os assistentes, semelhantemente aos demais trabalhadores, sujeitam-se à conjuntura de flexibilização e da precarização do trabalho, resultado das mudanças orquestradas no âmbito da vida social, datada no mundo do trabalho a partir dos anos 1970 (FAERMANN; MELLO, 2016).

Entende-se que, em “decorrência das novas demandas colocadas pelo reordenamento do capital, pela reforma do estado e pelo movimento de organização das

classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado de trabalho” (ABEPSS, 1996, p. 5), no Brasil, pós anos de 1990, a questão social passa a assumir novas expressões mediante as peculiaridades do processo de reestruturação produtiva, nos contornos da ideologia neoliberal, ditando uma modulação no campo profissional.

As transformações expressas pelas novas configurações de acumulação do capital (flexível), desencadearam alterações acentuadas nos modos de organização e administração do trabalho. O chamado processo de flexibilização do trabalho e dos direitos a ele atrelados caracterizam-se como pontos centrais da nova estrutura do trabalho, no âmbito das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva (IAMAMOTO, 2012).

De acordo com Antunes (1996), o desemprego estrutural, o aumento na exploração, a subcontratações, o processo de terceirização, as reduções salariais e a exigência do trabalhador multifuncional, são expressões da reestruturação produtiva. Para o autor, tratou-se de um retrocesso, principalmente ao tratar-se dos direitos trabalhistas.

A precarização, fragilizou as relações de trabalho e trouxe consigo a instabilidade empregatícia, tal fenômeno possui uma proporção global. Para ela, esse processo interfere tanto nas condições materiais quanto na subjetividade dos trabalhadores (RAICHELIS, 2011).

Esse processo, para Raichelis (2011), ditados por ideologias e ações objetivas do capitalismo contemporâneo reflete no Serviço Social. O resultado da subtração deixada pela reestruturação produtiva reafirma-se no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais como a exploração, sofrimento, inserção no mundo do trabalho em condições de precariedade, o adoecimento profissional, entre tantos outros analisados por autores como Antunes (1996) e Iamamoto (2012).

2.1 Saúde mental e o adoecimento dos profissionais de Serviço Social

A partir das considerações levantadas por Batistella (2007), o processo saúde-doença do trabalhador é resultante de um fenômeno, máxime, social – o que demanda o reconhecimento de elementos objetivos e subjetivos na sua formação. Essa lógica leva a problematização entre saúde, doença e trabalho, que de acordo com o autor, o ambiente não mais natural, agora, social é a gênese de todas as causas de doenças. Isso porque as causalidades se justificam nas condições de vida e de trabalho do homem.

O fundamento dessa relação origina-se do entendimento da centralidade conseguida pelo trabalho no transcorrer da humanização do homem, pois é através desse que se constitui o homem enquanto ser social, afastando-se do estágio animal, permitindo a conversão de um modo de ser para outro consideravelmente distinto (FAERMANN; MELLO, 2016).

Nessa perspectiva, fatores como o processo produtivo, condição biológica, socioeconômica e cultural se apresentam como partes decisivas no processo de saúde-doença do trabalhador. Em face ao exposto, as condicionalidades biológicas e emocionais e, ainda, as experiências de vida envolta o processo de saúde-doença dos indivíduos. Mas, não se apresenta de modo idêntico entre os sujeitos, suas peculiaridades são demarcadas pelo espaço que ocupam na sociedade (FAERMANN; MELLO, 2016).

Nessa ótica, considerando a permanente contradição entre capital e trabalho, a saúde do trabalhador sujeita-se, sobretudo, aos modos e condições em que o trabalho é regido na sociedade. Os vastos aspectos da organização, da divisão e das relações de trabalho, podem ser responsáveis pelo enfraquecimento ou vitalidade da saúde dos trabalhadores nas distintas realidades sociais. Então, “reafirma-se a necessidade de superar a concepção que imputa aos trabalhadores a culpa pelo adoecimento e sofrimento” (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 5).

A culpabilidade culmina na individualização e moralização das situações, cooperando para o aumento da criminalização dos trabalhadores, valendo-se de discursos que os penalizam, pormenorizando questões que se inserem numa abordagem e construção de cunho sócio-histórico (IAMAMOTO, 2012).

Com base nas pesquisas e depoimentos de assistentes sociais apresentados pelas autoras Faermann e Mello (2016, não paginado), em seu artigo “As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais”, as informações relatadas pelos participantes pontuando a naturalização das diferentes formas de violação provenientes do trabalho, confirmando, o processo de precarização e intensificação do trabalho.

As pesquisas revelam também, uma série de elementos que afetam diretamente na saúde física e mental dos assistentes sociais, presentes nas condições e nas relações de trabalho. Isso porque as atividades laborais são cada vez mais excessivas e de demandas complexas, na medida que são exigidos desses profissionais a qualidade em seus serviços prestados aos usuários, tornando os agravos à sua saúde pauta dispensável (FAERMANN; MELLO, 2016).

Contata-se que, dentre o conjunto de variáveis que interferem diretamente na saúde, nas condições de trabalho têm sido estabelecido na produção do sofrimento e adoecimento cotidiano. A lógica burocrática do trabalho quantitativo em prejuízo ao qualitativo nos campos que atuam os assistentes sociais. Essas exigências vem aumentando nos últimos anos e que distanciam os profissionais do trabalho direto com a população, uma vez que tornam mais difíceis o desenvolvimento de ações continuadas e interferem no estabelecimento de vínculos com os usuários. E, quando assumidas de modo burocrático, não geram conhecimentos sobre os dados resgatados e nem tampouco sobre a ação realizada (IAMAMOTO, 2012).

As chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, são adotadas de modo cada vez mais assíduos nos postos de trabalho como estratégia para a dinamização dos processos produtivos, assim como o uso de qualquer tecnologia, visa a facilidade e agilidade por meio da padronização ofertada por um dispositivo ou sistema. Segundo Dal Rosso (2008), elas intensificam os processos de trabalho, surtindo um efeito controlador sobre suas dinâmicas e resultados, promovendo uma cultura de gerencialismo, distanciando cada vez mais da perspectiva reflexiva e criativa do trabalho, conduzindo as dinâmicas institucionais às metas de controle de produtividade e qualidade, fiscalizando as ações dos profissionais.

Nesse sentido, o trabalho dos assistentes sociais tem limitado pela lógica da fragmentação presente nas políticas sociais. Há uma inclinação à focalização da análise e do fazer profissional nos particularismos da realidade social, em quebra da sua totalidade, gerando intervenções empiricistas e redutivas. Faermann e Mello (2016) ressaltam que essa ótica de apreensão teórico-profissional, a realidade é interpretada do modo imediatista, se colocando de mediato aos sentidos, ao observável limitadamente e recorrendo preferencialmente ao quantificável.

O processo de reificação que adentra a vida social favorece essa lógica, pois coopera para retirar de primeiro plano a essência desses processos, enaltece o aparente e naturaliza os fenômenos. Assim, a ótica dominante robustece essa naturalização, em razão da dinâmica capitalista. Então:

Na materialização das políticas, temos profissionais em condições precárias de trabalho, adoecidos, capturados pelo proceduralismo exigido pelas próprias políticas e seu conjunto de cartilhas e manuais, reiterando a produção do já produzido, ou seja, uma reprodução sem reflexão, sem mediações, sem crítica, despolitizada, com ênfase

conformadora. (PRATES, 2013, p. 55 *apud* FAERMANN; MELLO, 2016, p.102).

Configura-se em uma realidade atravessada pelos moldes atuais do capitalismo, caracterizado pela intensificação e controle do trabalho, demandando um profissional polivalente e versátil. Além de resultar mais horas, insere mais tarefas e responsabilidades à mesma jornada, logo, mais trabalho. Essa situação demonstra a inserção de estratégias de redução de trabalho pago e o aumento do trabalho excedente, o que está na matriz do sofrimento do trabalhador assalariado (RAICHELIS, 2013).

A respeito da redução da jornada de trabalho dos assistentes sociais, devido a exploração vivenciada passa a ser direito não usufruído. A aprovação da Lei que concede trinta horas semanais sem reajuste salarial, configura-se em uma conquista histórica no campo da categoria profissional, proveniente de sua organização política representada pelo conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO (FAERMANN; MELLO, 2016).

Outro ponto a ser salientado trata a reprimaria de recursos materiais e estruturais para desenvolver suas ações, resultando no descumprimento e violação do previsto na legislação profissional. A precarização dos recursos reafirma a desresponsabilização do Estado e das entidades empregadoras, no que se refere ao desenvolver das atividades dos profissionais de Serviço Social (IAMAMOTO, 2012).

No tocante da reforma gerencial do Estado, ou melhor, de contrarreforma, a precarização do trabalho amplia gradualmente, culminando para o sucateamento dos serviços públicos. Por conseguinte, o atendimento desses serviços, que é incumbência do Estado, passou a ser encarado como fontanário de acumulação capitalista. A articulação do capital sobre as relações sociais está adstrita ao seu ímpeto expansionista, no anseio de sua reprodução ampliada (BEHRING, 2003).

E aos profissionais são impostos impasses de toda ordem: ausência de materiais diversos, de salas para melhor atendimento dos usuários, de meios de transporte para a realização de visitas domiciliares e institucionais, dentre outros constrangimentos. As realidades expostas contrariam as normativas da Resolução CFESS n. 493/2006, a respeito das condições éticas e técnicas para o exercício profissional, que legitima a necessidade de espaço físico adequado para qualquer modo de atendimento ao usuário, sejam elas individuais, grupais ou coletivas, de acordo com as características dos serviços ofertados no âmbito institucional.

Pontua-se que o espaço físico constitui um dos elementos fundamentais para promover a acolhida do usuário, bem como a qualidade dos serviços prestados pelo

assistente social. No entanto, as tendências do mercado de trabalho da categoria profissional de Serviço Social compõem uma realidade distinta do previsto. Os entraves até aqui elencados, também abarcam dificuldades financeiras, ausência de equipamentos de expediente e de móveis de escritório conciliáveis às necessidades dos profissionais (FAERMANN; MELLO, 2016).

Destaca-se, ainda, que o sigilo consiste em um direito e um dever do assistente social, ao passo que protege o usuário às informações divididas com o profissional. Assim, o atendimento deve ser realizado de portas fechadas e a confidencialidade deve ser garantida pelo profissional. É explicitado pelo Código de Ética que o sigilo profissional é fundamental para um trabalho ético, de responsabilidade e competente, visto que é mediante as informações apuradas que o profissional de Serviço Social compreenderá a realidade na sua totalidade como também na sua singularidade, possibilitando a intervenção efetiva, respeitando a dignidade do usuário e sua capacidade de escolha enquanto sujeito (BARROCO, 2012).

O decréscimo referente aos constrangimentos vivenciados diariamente pelos assistentes sociais, submetendo-os a vigilância institucional e a subordinação à medidas incabíveis, na proporção em que os empregadores delimitam as necessidades sociais às quais profissionais devem atender, inferem nas condições em que atuam seus atendimentos, determinando o seu trabalho, colocando barreiras à realização de suas atividades laborais (IAMAMOTO, 2007).

De acordo com Iamamoto (2007), as condições de trabalho estão adstritas ao ambiente e aos instrumentos de trabalho de modo direto, os moldes organizacionais explicitam como transcorrem as políticas de gestão e como se dão as relações de trabalho. Fatores como autoridade, controle, a hierarquização, assim como as políticas de recursos humanos e próprio corpo temporal das atividades laborais o submetem, acarretam implicações sobre o processo saúde-doença dos assistentes sociais, no que se refere ao desgaste, sofrimento e adoecimento.

Mediante ao exposto, situa-se, assim, dentre as peculiaridades do trabalho do assistente social, o dilema entre causalidade e teleologia, “entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito” (IAMAMOTO, 2007, p. 416).

O trabalho assalariado na sociedade em seu contexto contemporâneo apresenta-se como um modo de aprisionamento dos sujeitos, ao passo que sua forma de organização e de administração está sujeita a dispositivos de dominação e coerção que deteriora as suas

condições de trabalho e os adoecem, física e psicologicamente, modificando todas as suas relações sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui desenvolvidas remetem a um cenário complexo e desafiador às condições materiais e subjetivas do trabalho da categoria profissional de Serviço Social, no qual apontam sobre as condicionalidades de trabalho dos assistentes sociais, extremamente precário e desrespeitador.

O exercício profissional dos assistentes sociais está sujeito às reestruturações dos processos de trabalho capitalista, que resultam expressamente em contratos temporários, declínio nas remunerações, as terceirizações cada vez mais assíduas, ausência da autonomia e do reconhecimento profissional e a falta de condições apropriadas para o trabalho dos assistentes sociais previstos em lei. Dessa forma, o sucateamento das políticas sociais que resulta e a falta de investimentos espaços de atuação desses profissionais impactam diretamente na qualidade e, ainda, na própria satisfação no processo de execução realizados pelos assistentes sócias.

Esses aspectos interferem diretamente nas condições físicas e mentais desses profissionais, uma vez que o desgaste adquirido na constante luta diária e nas superações a serem realizadas para a garantia de um trabalho que possua um resultado eficaz, mesmo nas atuais condições contemporâneas de trabalho, que exigem um assistente social polivalente e aprisionado aos contextos desumanos impostos pelo trabalho – em tempos de pandemia, no acirramento do teletrabalho.

Todo esse contexto além de culminar no adoecimento físico, principalmente mental, dos assistentes sociais percebe-se também a inclinação do fazer profissional á análises pragmáticas, fatalistas, messiânicas e pouco estratégicas no enfrentamento das novas expressões da chamada questão social. Portanto, a precariedade no trabalho como bem aponta Marx (1968) é inerente ao capitalismo, mas que tomam proporções cada vez mais desumanas ao passar dos anos.

As construções de normativas que regulem as condições de trabalho dos assistentes sociais constituem um avanço de suma importância nesse processo, para afirmação dos direitos desses profissionais, no entanto, por si só não resultam no desmonte dos limitantes ao exercício profissional, bem como, no rompimento da degradação da saúde e bem estar dos assistentes socais. Por fim, mediante a isso, reforça-

se o relevante papel das entidades representativas e organizativas da categoria profissional de Serviço Social na construção de estratégias na luta contra a precarização do trabalho e combate ao adoecimento por motivações laborais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Centro de estudos e projetos em educação, cidadania e desenvolvimento social. proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50. 1996.

ANTUNES, R. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (Alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37. 2002.

ANTUNES, R. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, p.78-85, abr. 1996.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BATISTELLA, C. **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa – movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. O neoliberalismo, utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites. *In*: **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. Lei nº 12.317, de 26 agosto de 2010, acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 27 ago. 2010.

BRASIL. Resolução nº 493, de 21 de agosto de 2006. Legislação e Resoluções sobre o trabalho do (a) assistente social. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: CFESS, 2011.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a de gradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

- DAL ROSSO, S. **Mais trabalho**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DRUCK, G.; FRANCO, T. Terceirização: a chave da precarização do trabalho no Brasil, *In*: NAVARO, V.; PADILHA, V. (orgs.). **Retratos do trabalho no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2007.
- DRUCK, M. da G. **Terceirização**: (des) fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico da Bahia. São Paulo: Boitempo, 1999.
- FAERMANN, L. A.; MELLO, C. C. V. de. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 96-113, jan./jul. 2016.
- FRANÇA, G. C. **O trabalho no espaço da fábrica**: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP). São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 12 maio. 2020.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOUNET, T. “Luttes Concurrentielles et Stratégies D’accumulation dans l’industrie Automobile, **Estudes Marxistes**, Bélgica, n. 10, maio. 1991.
- GOUNET, T. “Penser à L’envers... Le Capitalisme”, Dossier Toyotisme, **Estudes Marxistes**, Bélgica, n. 14, maio. 1992.
- GRAMISCI, A. Americanismo e fordismo. *In*: **Maquiavel, a política e o estado moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. *In*: CFESS-Conselho Federal de Serviço Social. Atribuições privativas do(a) assistente social. Brasília: Cfess, 2002. *In*: IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KALLENBERG, A. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Rev. bras. Ci. Soc.** [on-line], v. 24, n. 69, 2009.

LEWGOY, A. M. B.; SILVEIRA, E. M. C. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 233-251. jul./dez. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2315/3245>. Acesso em: 10 maio. 2020.

MARX, K. **O Capital**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, K. **Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.

MARX, K. O processo de produção do capital. *In: O Capital – crítica da economia política*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. A reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho. *In: MOTA, A. E. (orgs). A nova fábrica de consensos:* ensaios sobre a reestruturação empresária, o trabalho e as demandas ao serviço social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10:** descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D. Metamorfoses do trabalho e da política social em tempo de crise mundial — implicações para o trabalho do assistente social. *In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, EDUCAÇÃO E NEODESENVOLVIMENTISMO*, 9., 2014, Marília, Unesp, 2014. Disponível em: <http://www.ronaldofrutuozo.com.br/seminariotrabalho2014/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

PIRES, M. F. C. Education and the historical and dialectical materialism. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, p. 83. 1997.

RIBEIRO, A. F. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 65-79, jul./dez. 2015.

SANTOS, M. T. S.; MANFROI, V. M. Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 178-196. 17 out. 2015.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1987.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ABNT: CORREA, K.; BARCELLOS, W. S. Transformações no mundo do trabalho e suas incidências sobre a saúde do assistente social em tempos de pandemia. **Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico**, Itaperuna, v. 06, n., p. 1-19. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20951/2446-6778/v6n2a10>.

AUTORES CORRESPONDENTES

Nome completo: Khyssela Correa

e-mail: kazy_correa_2015@hotmail.com

Nome completo: Warllon de Souza Barcellos

e-mail: warllon_barcellos@hotmail.com

RECEBIDO

07. junho. 2020.

ACEITO

20. dezembro. 2020.

PUBLICADO

30. junho. 2021.

TIPO DE DOCUMENTO

Artigo Original